

Razão dualista e universidade na América Latina



Por **JOÃO DOS REIS SILVA JÚNIOR***

A razão dualista, outrora ferramenta crítica da dependência latino-americana, ressignifica-se como racionalidade operacional que naturaliza a coexistência entre excelência e precariedade

1.

A experiência histórica latino-americana impôs, desde cedo, um problema recorrente à reflexão social: a coexistência persistente entre modernização institucional e bloqueio estrutural da autonomia histórica. Ao longo do século XX, esse problema foi enfrentado por diferentes vertentes críticas que demonstraram que o subdesenvolvimento não constituía uma ausência de desenvolvimento, mas o resultado histórico da inserção subordinada no capitalismo mundial. Essa formulação permitiu romper com leituras evolucionistas e denunciar a falsa universalidade das trajetórias centrais.

Contudo, à medida que essa inserção subordinada deixou de ser instável e passou a se consolidar como forma histórica relativamente estável, tornou-se insuficiente tratar a dependência apenas como deformação econômica ou como etapa transitória. A dependência passou a operar como princípio organizador durável da vida social, estruturando não apenas a economia, mas o Estado, a temporalidade social, as instituições e os regimes de produção do conhecimento.

É nesse deslocamento que se afirma a noção de arquitetura da dependência. Ela não designa um modelo econômico nem uma tipologia comparativa entre países, mas uma chave interpretativa capaz de apreender a coerência interna entre diferentes dimensões da vida social. Economia, política, cultura, universidade e saber não aparecem como esferas autônomas que ocasionalmente se articulam, mas como componentes de uma mesma forma histórica que produz sociedades modernas sem autonomia histórica.

A dependência, nesse sentido, não se apresenta como obstáculo externo a ser removido por meio de reformas graduais ou políticas corretivas, mas como princípio interno de organização que incorpora suas próprias contradições como mecanismos de reprodução. A modernização deixa de ser promessa de superação e passa a operar como técnica de estabilização da desigualdade.

No interior dessa arquitetura, a razão dualista ocupou papel central. A oposição entre moderno e arcaico, centro e periferia, atraso e progresso constituiu, durante décadas, um instrumento crítico decisivo. Ela permitiu desmontar a ideologia desenvolvimentista, revelar a heterogeneidade estrutural das sociedades latino-americanas e demonstrar que o “arcaico” não era um resíduo pré-capitalista, mas parte integrante do funcionamento do capitalismo dependente.

A razão dualista teve, portanto, força explicativa real ao denunciar a falsa universalidade da modernidade capitalista e ao mostrar que a coexistência entre formas avançadas e precárias não era transitória, mas estrutural.

2.

Entretanto, essa mesma razão encontrou seus limites históricos. À medida que a dependência se consolidou como forma estável de organização social, o dualismo deixou de operar prioritariamente como denúncia de uma transição inacabada. O arcaico passou a desempenhar função estrutural na reprodução do moderno. A informalidade, a precariedade, a desigualdade extrema e a fragmentação institucional deixaram de sinalizar atraso a ser superado e passaram a integrar o funcionamento normal do sistema.

Nesse ponto, a razão dualista não desaparece nem perde relevância; ela se ressignifica. De linguagem crítica orientada à superação histórica, converte-se em racionalidade operacional da dependência, capaz de administrar a coexistência entre excelência e precariedade como se esta fosse uma condição natural e permanente.

A ressignificação da razão dualista não deve ser compreendida como evento pontual ou simples esgotamento teórico. Trata-se de um processo estrutural, lento e cumulativo, que acompanha a estabilização da dependência como forma histórica. Ela ocorre quando a crítica deixa de se articular a um horizonte efetivo de transformação e passa a coexistir com a reprodução ampliada das mesmas estruturas que denuncia.

O dualismo permanece ativo, mas deslocado: deixa de apontar para a superação histórica e passa a organizar cognitivamente a gestão da desigualdade, a administração da precariedade e a normalização da fragmentação social.

Esse processo está diretamente associado ao bloqueio do tempo histórico. A lucidez crítica persiste, mas perde sua capacidade de se traduzir em projeto histórico. O futuro deixa de operar como horizonte de transformação e passa a ser permanentemente adiado, comprimido ou privatizado. O tempo social é capturado por ciclos curtos, reformas sucessivas e expectativas interrompidas. O resultado é uma sociedade altamente consciente de suas contradições, mas estruturalmente incapaz de transformá-las.

A incorporação das contribuições de Aníbal Quijano permite aprofundar esse diagnóstico ao deslocar a análise da dependência para além da economia política clássica. Ao formular a colonialidade do poder, Quijano demonstra que a modernidade capitalista se organiza por uma estrutura de dominação que articula exploração econômica, classificação racial, controle político e hierarquização do saber.

A dependência deixa, assim, de ser apenas relação entre economias nacionais e passa a ser compreendida como forma civilizatória. A razão dualista ganha nova inteligibilidade: a separação entre moderno e arcaico não é mero equívoco analítico, mas produto histórico de uma matriz de poder que define quem pode produzir conhecimento legítimo, quem pode governar e quem deve permanecer como objeto de administração.

3.

Nesse sentido, a ressignificação da razão dualista ocorre também no plano epistemológico. A contribuição de Boaventura de Sousa Santos demonstra que a modernidade produz exclusões cognitivas estruturais. A monocultura do saber científico e o epistemicídio revelam que a hierarquização do conhecimento é parte constitutiva da arquitetura da dependência.

Saberes que não se enquadram nos cânones da racionalidade moderna são desqualificados antes mesmo de disputar legitimidade. A dependência atualiza-se, assim, como dependência cognitiva, reforçando o bloqueio do tempo histórico por meio da naturalização das hierarquias epistêmicas.

Embora a arquitetura da dependência opere como forma histórica comum, sua estabilização e a ressignificação da razão dualista não se dão de modo idêntico em todas as formações latino-americanas. No México, a dependência se estabiliza precocemente como forma funcional integrada ao capitalismo central, sobretudo pela articulação orgânica com os Estados Unidos.

A razão dualista se ressignifica cedo como racionalidade administrativa: a coexistência entre modernização avançada e

precariedade extrema deixa de ser pensada como contradição histórica e passa a ser tratada como condição estrutural permanente. O tempo bloqueado assume a forma de continuidade controlada, na qual a mudança ocorre sem ruptura.

No Chile, a resignificação da razão dualista ocorre de maneira abrupta, associada à reorganização neoliberal profunda do Estado e da sociedade. A dualidade converte-se em racionalidade técnica explícita, utilizada para gerir a coexistência entre excelência institucional e precarização generalizada. O bloqueio do tempo histórico se expressa como fechamento radical do horizonte de transformação: a crítica sobrevive, mas deslocada para fora da estrutura decisória.

No Brasil, a dependência assume forma particularmente instável. A razão dualista permanece ativa por mais tempo como linguagem crítica, reaparecendo ciclicamente em momentos de crise. Contudo, essa recorrência não se traduz em ruptura estrutural durável. A resignificação ocorre de modo difuso: a dualidade é denunciada, mas também continuamente reabsorvida, naturalizando a coexistência entre excelência e precariedade. O tempo bloqueado se manifesta como repetição histórica.

Na Argentina, a dependência se expressa por ciclos agudos de expansão e colapso. A razão dualista reaparece de forma recorrente como denúncia, mas sem se estabilizar como superação histórica. O bloqueio do tempo histórico assume a forma da interrupção permanente: projetos são formulados, mobilizações ocorrem, mas são sistematicamente interrompidos antes de se consolidarem como transformação estrutural.

4.

Em todas essas formações, a universidade emerge como espaço sensível privilegiado da resignificação da razão dualista. Instituída como promessa de modernidade e autonomia intelectual, ela se organiza segundo padrões eurocentrados de validação do saber e avaliação acadêmica. Ao fazê-lo, incorpora a colonialidade como racionalidade interna. A coexistência entre centros de excelência e sistemas massificados e precarizados não constitui desvio, mas forma normal de funcionamento da universidade dependente. A crítica persiste, mas encontra limites objetivos para se traduzir em transformação histórica durável.

A universidade permanece, assim, como um dos últimos espaços da crítica – ainda que profundamente tensionada pela própria arquitetura que a constitui. Nela, a lucidez sobre a dependência alcança níveis elevados, mas sob a forma de um tempo histórico bloqueado, no qual a crítica resiste sem conseguir romper a estrutura que a produz.

A universidade latino-americana aparece, assim, não como exceção virtuosa nem como instância redentora, mas como forma histórica sensível da própria arquitetura da dependência. Nela se condensam, de modo exemplar, os efeitos da resignificação da razão dualista: a coexistência institucionalizada entre excelência e precariedade, a dissociação entre lucidez crítica e capacidade de transformação, a naturalização de hierarquias cognitivas sob a aparência de neutralidade acadêmica. A universidade não falha apesar da dependência; ela funciona precisamente segundo a racionalidade que a dependência estabilizou.

Nesse sentido, sua condição não pode ser explicada por déficits de gestão, insuficiências normativas ou desvios conjunturais. O que nela se manifesta é o bloqueio do tempo histórico em sua forma mais acabada: elevada capacidade reflexiva combinada com baixa potência de ruptura. A crítica persiste, circula, se sofisticada, mas encontra limites estruturais para se traduzir em projeto histórico efetivo. A razão dualista, outrora linguagem de denúncia, opera agora como princípio de organização da desigualdade institucional.

A arquitetura da dependência se confirma, portanto, não apenas na economia ou no Estado, mas no próprio modo como o conhecimento é produzido, validado e hierarquizado. Ao transformar a crítica em componente funcional de sua reprodução, a dependência converte a lucidez em limite histórico.

A universidade permanece como um dos últimos espaços da crítica – não porque esteja fora da arquitetura que a constitui,

a terra é redonda

mas porque nela essa contradição se torna irreduzivelmente visível. É nesse ponto, e apenas nesse ponto, que se revela a força histórica do diagnóstico aqui formulado: não há déficit de consciência, mas um tempo bloqueado que impede a crítica de se tornar superação.

Quando a crítica sobrevive sem horizonte histórico, a dependência já venceu.

João dos Reis Silva Júnior é professor titular do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Autor, entre outros livros, de *Educação, sociedade de classes e reformas universitárias (Autores Associados)* [<https://amzn.to/4fLXTKP>].

Referências

BAMBIRRA, V. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. México: Siglo XXI, 1978.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, B. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, B. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, B. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, B. *Epistemologies of the South: justice against epistemicide*. Boulder: Paradigm Publishers, 2014.

MARINI, R. M. *Dialética da dependência*. México: Era, 1973.

OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista: o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, E. (org.). *La colonialidad del saber*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 201-246.

SANTOS, T. dos. *Imperialismo y dependencia*. México: Era, 1978.

a terra é redonda
existe graças aos nossos leitores e apoiadores
Ajude-nos a manter esta ideia.
CLIQUE AQUI  **CONTRIBUA**